

# FH: só a regulamentação da reforma da Previdência renderia R\$ 9 bilhões

População de baixa renda terá acesso a financiamentos de até R\$ 10 mil

Adriana Vasconcelos e  
Cristiane Jungblut

● BRASÍLIA. Numa reação à proposta do presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), de criar um fundo de combate à pobreza, o presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou ontem que para acabar com a exclusão social e com a miséria é preciso mais do que simplesmente aumentar os recursos já destinados a programas sociais.

Sem citar diretamente a proposta do senador, que prevê o aumento de alíquotas de impostos, o presidente disse que basta aprovar a regulamentação da reforma da Previdência para que o Governo economize R\$ 9 bilhões, mais do que os R\$ 8 bilhões que poderiam ser arrecadados pelo fundo. Fernando Henrique destacou que está nas mãos dos parlamentares a responsabilidade de escolher o caminho.

## Cerimônia reuniu a área econômica e ministros

Ao regulamentar o programa de crédito popular, em cerimônia no Palácio do Planalto que reuniu a equipe econômica e ministros da área social, Fernando Henrique destacou que é mais um mecanismo lançado pelo Governo com o objetivo de ajudar a população de baixa renda, que passará a ter acesso a financiamentos de até R\$ 10 mil em sociedades especiais de crédito.

Ele aproveitou a oportunidade para listar os programas sociais do Governo, ressaltando que anualmente são repassados à população de baixa renda R\$ 15 bilhões, arrecada-

dos pela União por intermédio de impostos. Segundo ele, só o seguro-desemprego consome de R\$ 3 bilhões a 4 bilhões, o Funrural, de R\$ 6 bilhões a 7 bilhões e programas assistenciais para idosos e deficientes, de R\$ 1 bilhão a R\$ 2 bilhões.

Fernando Henrique lembrou que, no ano passado, o déficit da Previdência chegou a R\$ 19 bilhões no setor público e a R\$ 10 bilhões no INSS. De acordo com o presidente, a regulamentação da reforma poderá reduzir esse prejuízo em pelo menos 30%. O presidente disse que o maior desafio é administrar bem os recursos, dando continuidade a um conjunto de políticas sociais.

A estabilidade econômica e o combate à inflação foram apontados pelo presidente como condições essenciais para se garantir uma melhor distribuição de renda e uma consequente redução da pobreza. E em mais um recado a Antônio Carlos, que na semana passada criticou o BNDES por não atender a população de baixa renda, Fernando Henrique defendeu a instituição, que já dispõe de programas como o BNDES Solidário e o BNDES Trabalhador, e lembrou que o Banco do Nordeste também tem sido ativo nessa área.

A primeira dama Ruth Cardoso, que coordenou a implementação do microcrédito,

tentou desvincular o sistema da polêmica sobre a proposta de Antônio Carlos.

— O microcrédito não é uma resposta à pobreza, e sim à inclusão da pobreza no sistema produtivo — disse.

O secretário-geral da Presidência, Aloysio Nunes Ferreira, negou que o presidente tenha tido a intenção de polemizar com o senador. E o ministro do Desenvolvimento, Clóvis Carvalho, afirmou que era precipitado dizer que o Governo é contra a proposta do senador, mas acrescentou que o presidente está certo ao cobrar do Congresso a aprovação dos projetos relativos à reforma da Previdência. ■